

solicita que seja alterado, para 29/08 a 18/09/2019 (21 dias), o gozo das férias do exercício de 2019, concedido para o período de 18/11 a 08/12/2019 (21 dias), conforme a PORTARIA Nº 201/2019/MPC/PA, de 17/06/2019; e
CONSIDERANDO o art. 16 da Lei Complementar nº 09/1992, com a redação dada pela Lei Complementar nº 106/2016,
RESOLVE:

Alterar, para 29/08 a 18/09/2019 (21 dias), o gozo das férias do exercício 2019, concedido ao Procurador de Contas PATRICK BEZERRA MESQUITA, através da PORTARIA Nº 201/2019/MPC/PA, de 17/06/2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém, 13 de agosto de 2019

SILAINE KARINE VENDRAMIN

Procuradora-Geral de Contas

Protocolo: 464945

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

ATO N.º 197/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 391/2019-MP/2ªPJ, datado de 11/7/2019 protocolizado sob o n.º 33428/2019, em 11/7/2019,
CONSIDERANDO a exoneração de Camila Freire Castro Corte Leal, do cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, por meio do Ato nº 196/2019, datado de 8/8/2019;
CONSIDERANDO que a nomeação não implicará em aumento de despesa com pessoal, por se tratar de mera substituição da Assessora Camila Freire Castro Corte Leal,
RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, SANDERSON MOROTE DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 1º/8/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 8 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 217/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico 190/2019-ASS/JUR/PGJJ, de 8/7/2019, acolhido in totum,
CONSIDERANDO a exoneração a pedido da servidora Thayna Roberta de Oliveira Rodrigues do cargo de Assessor de Procurador de Justiça, MP.CPCP-102.5, por meio do Ato nº 183/2019, datado de 9/7/2019, publicado no D.O.E em 15/7/2019,
CONSIDERANDO ainda, que a nomeação não implicará em aumento de despesa com pessoal, em virtude da substituição da servidora Thayna Roberta de Oliveira Rodrigues,
RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, STEPHANE CRISTINA CAETANO CABRAL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Procurador de Justiça, MP.CPCP-102.5, a contar de 1º/8/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 218/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico 190/2019-ASS/JUR/PGJJ, de 8/7/2019, acolhido in totum,
CONSIDERANDO a exoneração da servidora Stephane Cristina Caetano Cabral do cargo de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102.4, por meio do Ato nº 216/2019, datado de 12/8/2019,
CONSIDERANDO ainda, que a nomeação não implicará em aumento de despesa com pessoal, em virtude da substituição da servidora Stephane Cristina Caetano Cabral,
RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ALYNE AZEVEDO MARCHIORI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102.4, a contar de 1º/8/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 464628

EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2019-MPPA/PJSFP

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, com fundamento nos arts. arts. 127 e 129, II e VI da Constituição Federal de 1988; art. 182, inciso VI da Constituição do Estado do Pará de 1989; arts. 52 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006; e art. 26, I da Lei Federal 8.625/93, e artigos 4º, 5º, 70 e 201, VI da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei 13.840/2019, na forma prescrita na Resolução n. 174/2011, de 04/07/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução n. 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, torna pública a instauração do procedimento administrativo n. 007/2019-MPPA/PJSFP, cujos autos encontram-se disponíveis na sede da Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na avenida Celso Machado, sem número, Fórum Pretor Ruy Zacharias Martires, Centro, São Francisco do Pará/PA, CEP 68748-000, fone 91 3774-11-84, e-mail: mpsaofranciscodopara@mppa.mp.br, não obstante com acesso restrito, tendo em vista a imposição de sigilo ao trâmite do procedimento autos, tendo em vista a preservação do direito à intimidade, privacidade e respeito a adolescente, bem como em atenção ao disposto no art. 18 da Lei Federal n. 8.069/1990.

Portaria n. 007/2019-MPPA/PJSFP (SIMP Nº 000283-302/2019)

Interessada: D. M. B. S.

Assunto: Apuração de existência de ameaça ou violação de direito à saúde assegurado à adolescente D. M. B. S., consistente em apuração de situação de toxicod dependência e adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais visando ao tratamento respectivo, como medida de proteção
Paulo Igor Barra Nascimento – Promotor de Justiça

Protocolo: 464832

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO N.º 196/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 33428/2019, em 11/7/2019,
RESOLVE:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, CAMILA FREIRE CASTRO CORTE REAL, do cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeada por meio do Ato nº 33/2015, datado de 17/3/2015, publicado no D.O.E. de 18/3/2015, a partir de 1º/8/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 8 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 216/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 34098/2019, em 17/7/2019,
RESOLVE:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, STEPHANE CRISTINA CAETANO CABRAL, do cargo de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102.4, nomeada por meio do Ato nº 75/2016, datado de 6/6/2016, publicado no D.O.E. de 7/6/2016, a partir de 1º/8/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de agosto de 2019.

GILBERTO VALENTE AMRTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 464630

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA N.º 514/2019-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 220, §2º, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 095/2019-MP/CPADS, datado de 23/7/2019, protocolizado sob o n.º 34675/2019, em 23/7/2019,
RESOLVE:

DESIGNAR a servidora TATIANA LAGES ALIVERTI ISRAEL, ocupante do cargo de Analista Jurídico, para, sem prejuízo de suas atribuições, proceder à defesa técnica em favor da servidora registrada sob a Matrícula n.º 999.2473, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, indiciada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar, designada através da Portaria n.º 395/2019-MP/SGJ-TA, de 14/6/2019, publicada no D.O.E. de 27/6/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA

TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 13 de agosto de 2019.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 464635

PORTARIA N.º 4.700/2019-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício-Circular n.º 31/2019/CPE (SEI - 0247751), datado de 16/7/2019, protocolizado sob o n.º 34435/2019, em 19/7/2019,